

## CORREIO NACIONAL

## Marluce Caldas e Carlos Pires Brandão são empossados

Novos ministros do tribunal foram escolhidos pelo presidente



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Anvisa proíbe fabricação de sete produtos no país

## Anvisa proíbe anel que permite medir glicose

A Anvisa proibiu o uso de alguns medidores de glicose sem o uso de agulha. Os produtos prometem, sem nenhuma base científica, medir os níveis de glicose, de oxigênio e atividade cardíaca por meio de um anel, sem precisar furar o dedo para retirar o sangue. A medida proíbe a comercialização, distribuição, fabricação, importação, manipulação, propaganda e o uso dos seguintes produtos: Anel para Acupressão Glucomax; Glicomax, Glucomax e Glucomax Pro.

De acordo com a Anvisa, nenhum dos produtos tem eficácia comprovada e nem registro sanitário na agência. Eles estão sendo anunciados e colocados à venda em diversos sites de compras online e nas redes sociais como Instagram, Facebook e Tik Tok. Além disso, os anúncios utilizam imagens de pessoas famosas para enganar os consumidores.

Produtos sem registro ou regularização não oferecem garantia de qualidade, segurança e eficácia.

## Enade Licenciaturas de 2024

O Inep disponibilizou na quinta, em seu site, os cadernos de provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) Licenciaturas 2024.

Ao todo, foram publicados 18 cadernos, sendo um de Formação Geral Docente, comum a todas as licenciaturas, e 17

cadernos referentes às questões das áreas específicas de conhecimento avaliadas no exame, conforme o curso.

A divulgação dos cadernos de provas do exame representa um ato de transparência porque permite que os candidatos e a sociedade civil revisem as questões.

## Queda de queimadas em agosto

O Brasil alcançou uma redução histórica no número de queimadas registradas no mês de agosto. Foram 18.451 focos de calor, o menor índice desde o início do monitoramento, em 1998. O resultado representa uma redução de 61% em relação à média histórica para o mês (47.348 focos) e de 13,8%

em relação ao recorde anterior, registrado em 2013 (21.410). Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A queda nas queimadas teve início em 2023. Em 2024, no entanto, período marcado por queimadas de origem criminosa e propositais, o número voltou a crescer.

## Programa Cozinha Solidária

Além de importante instrumento para a segurança alimentar do país, o Programa Cozinha Solidária avança com políticas de formação para geração de trabalho e renda nos territórios mais vulneráveis. Na quinta, o II Encontro Nacional do programa finalizou as oficinas da Modalidade de

Apoio à Formação na Fio-cruz, no Rio de Janeiro. O evento contou com 150 pessoas e 60 representantes de cozinhas. As oficinas foram organizadas como espaços de escuta ativa para identificar possibilidades de parcerias e demandas específicas das comunidades atendidas pelo programa.

## Combate à hanseníase

O Brasil tem desenvolvido ações para aumentar a detecção precoce de novos casos, prevenir as incapacidades físicas e fortalecer o sistema de vigilância para a hanseníase, integrando o cuidado ao paciente no conjunto das ações de atenção à saúde. A Carreta da Saú-

de Roda Hans, por exemplo, é uma potente estratégia de mobilização social e qualificação dos profissionais de saúde, contribuindo significativamente para o diagnóstico precoce da hanseníase, o combate ao estigma associado à doença e a promoção da saúde.

## Saúde sexual e reprodutiva

Celebrado no dia 4 de setembro, o Dia Mundial da Saúde Sexual é uma data que ressalta a saúde sexual como parte fundamental do bem-estar físico, mental e social.

Para o Ministério das Mulheres, o tema é considerado estratégico no enfrentamento das desi-

gualdades de gênero e na promoção da autonomia das mulheres.

Também está relacionada à vivência plena e segura da sexualidade, ao fortalecimento de relações pessoais, à valorização da vida e ao exercício livre da identidade de cada pessoa.

Na noite desta quinta-feira (4), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) realizou a cerimônia de posse de Marluce Caldas e Carlos Pires Brandão como novos ministros da corte. A sessão foi conduzida pelo presidente do tribunal, ministro Herman Benjamin, e contou com a presença de diversas autoridades dos Três Poderes.

Ao dar as boas-vindas aos novos integrantes do tribunal, Herman Benjamin falou sobre a trajetória profissional de ambos. Marluce Caldas, que integrava o Ministério Público de Alagoas (MPAL) desde 1986, fez sua carreira na área criminal e de direitos humanos. Ela passa a ocupar a vaga decorrente da aposentadoria da ministra Laurita Vaz, em outubro de 2023.

Já Carlos Pires Brandão atuou como desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e é professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí. Ele foi empossado na vaga aberta pela aposentadoria da ministra Assusete Magalhães, em janeiro de 2024.

Além do ministro Herman Benjamin, formaram a mesa da sessão solene o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre; o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; o vice-



Emerson Leal/ STJ

Marluce Caldas assina o termo de posse como ministra do STJ

Gustavo Lima/ STJ



Ministro Carlos Pires Brandão ao assinar o termo de posse

-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin; a subprocuradora-geral

da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen; e o presidente da Ordem dos Advoga-

dos do Brasil, Beto Simonetti.

A solenidade contou com a apresentação dos músicos Chambinho do Acordeon e Dadá Nunes na execução do Hino Nacional.

Os novos ministros do tribunal foram escolhidos pelo presidente da República em lista formada pelo Pleno do STJ em 15 de outubro do ano passado. Após serem sabatinados e aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, eles tiveram sua indicação referendada pelos senadores em plenário, no dia 13 de agosto. A nomeação dos dois foi publicada no Diário Oficial da União em 21 de agosto.

Reprodução/ Freepik



Doença é uma das únicas sem tratamento medicamentoso no SUS

## Campanha pede remédios para obesidade no SUS

A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem) lançou esta semana campanha nacional pela inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS) de fármacos que combatem a obesidade.

O movimento conta com apoio da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (Abeso), da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), entre outras.

Em nota, a Sbem afirmou que a proposta é mobilizar a sociedade, sensibilizar autoridades e pressionar por políticas públicas que garantam acesso a tratamento adequado, sobretudo medicamentoso, na rede pública.

O comunicado cita que a obesidade, embora reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença crônica multifatorial, permanece como uma das únicas sem tratamento medicamentoso incorporado ao SUS.

“Enquanto pacientes com hipertensão, diabetes, asma ou dislipidemia têm acesso gratuito a medicamentos, aqueles que vivem com obesidade permanecem sem qualquer alternativa terapêutica na rede pública”, destacou a Sbem.

A entidade ressalta que, até o momento, nenhum fármaco para perda de peso foi incorporado ao SUS – nem mesmo medicamentos agonistas GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras.

“Nos últimos cinco anos, quatro medicamentos para o tratamento da obesidade foram submetidos à análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) e tiveram sua incorporação negada: orlistate, sibutramina, liraglutida e semaglutida.”

## Números

Dados do Atlas Mundial da Obesidade 2025, da Federação Mundial da Obesidade (WOF, na sigla em inglês), indicam

que 31% dos adultos brasileiros têm obesidade, enquanto 68% têm sobrepeso - o que significa que quase sete em cada 10 vivem com excesso de peso.

As projeções indicam que, se nada for feito, até 2044 quase metade da população adulta brasileira (48%) estará obesa.

O relatório revela ainda que mais de 60 mil mortes prematuras no Brasil são atribuíveis ao sobrepeso e à obesidade por sua associação a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2 e acidente vascular cerebral (AVC).

“Além do impacto humano, o problema traz custos expressivos para o sistema de saúde”, destacou a Sbem, ao citar estimativas de estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que apontam que, entre 2021 e 2030, os custos diretos ao SUS com doenças associadas à obesidade podem atingir US\$ 1,8 bilhão.

Já as perdas indiretas, como anos de vida produtiva, segundo o estudo, podem chegar a US\$ 20 bilhões.

## ANS poderá contratar por tempo determinado

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério da Saúde autorizaram, nesta quinta-feira (4), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a contratar 191 profissionais por tempo determinado.

O recrutamento será feito a partir do Banco de Candidatos Aprovados em Lista de Espera da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), realizado em 2024. As pessoas contratadas temporariamente atuarão na análise e nos procedimentos administrativos relacionados às demandas de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da agência reguladora do setor de planos de saúde no Brasil.

A autorização foi publicada em uma portaria conjunta dos dois ministérios (MGI/MS) (62/2025) no Diário Oficial da União.

As contratações terão prazo definido e poderão ser prorrogadas de acordo com a necessidade temporária de conclusão das atividades do órgão e que sejam de excepcional interesse público. A ANS definirá a remuneração, conforme orçamento.

Primeiramente, a ANS deve esgotar a lista de candidatos classificados no banco de aprovados em lista de espera. Ainda assim, se houver vagas não preenchidas, a ANS está autorizada a realizar processo seletivo simplificado para completar o quadro de funcionários.

Na prática, isso quer dizer que a seleção de profissionais não será tão complexa ou longa quanto um concurso público tradicional, mas servirá para preencher as vagas que restarem. O CNU 2024 ofereceu 6.640 vagas em 21 órgãos federais.